



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 13896.909502/2012-54  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **3401-011.957 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 26 de julho de 2023  
**Recorrente** FRESENIUS KABI BRASIL LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)**

Período de apuração: 01/01/2007 a 31/01/2007

**PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO NO QUAL SE FUNDA O PLEITO.**

Cabe ao interessado a prova dos fatos constitutivos de seu direito em pedido de repetição de indébito/ressarcimento, cumulado ou não com declaração de compensação.

A mera apresentação de DCTF retificadora, desacompanhada de provas quanto ao(s) valor(es) retificado(s), não tem o condão de reverter o ônus da prova, que continua sendo daquele que alega fato constitutivo do seu direito.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Marcos Roberto da Silva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Renan Gomes Rego - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Renan Gomes Rego, Carolina Machado Freire Martins, Ricardo Rocha de Holanda Coutinho (suplente convocado(a)), Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues, Ricardo Piza di Giovanni (suplente convocado(a)), Marcos Roberto da Silva (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente(s) o conselheiro(a) Fernanda Vieira Kotzias, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Ricardo Piza di Giovanni.

## Relatório

Trata-se de **Recurso Voluntário** interposto em desfavor do **Acórdão de Manifestação de Inconformidade nº 06-49.867**, proferido pela 3<sup>a</sup> Turma da DRJ/CTA, na

sessão de 5 de novembro de 2014, que julgou por não acolher as razões contidas na manifestação de inconformidade e manter os termos do despacho decisório questionado.

Consta que o despacho decisório decidiu pela não homologação da compensação declarada por meio do PER/DCOMP, porque o pagamento indicado como indevido (que foi localizado) encontrava-se totalmente alocado ao débito de Cofins do período de apuração.

Na Manifestação de Inconformidade apresentada, a Recorrente alegou que se equivocou ao declarar o valor devido a título de Cofins. Salienta que informou no Dacon um crédito inferior ao que teria direito e que tentou transmitir DCTF retificadora, mas que o sistema da RFB não aceitou devido ao prazo de cinco anos. Aduz que houve um erro de fato e que não houve prejuízos para o erário. Pede, em decorrência, a homologação da compensação.

Sobreveio decisão de primeira instância, na qual o julgador *a quo* fundamentou seu voto nos seguintes termos, *in verbis*:

(...)

*Consultando-se o sistema de controle de Per/Dcomp, vê-se que a contribuinte não apresentou outros Per/Dcomp (pedido de restituição ou declaração de compensação) indicando a utilização, ainda que parcial, do crédito relativo ao pagamento efetuado a título de Cofins (cód. 2172) em 15/02/2007.*

*Por sua vez, consultando-se o sistema de controle de DCTF vê-se que, em relação ao mês de janeiro de 2007, a contribuinte transmitiu duas declarações (em 07/03/2007 e 23/10/2009) e que na que se encontra ativa (de 23/10/2009) foi confessado um débito de Cofins cumulativa (cód. 2172) de R\$ 13.113,65 relativamente ao período (mesmo valor considerado no despacho decisório).*

*Como é cediço, uma vez instaurado o contencioso administrativo, as alegações quanto ao suposto crédito decorrente de recolhimento indevido ou a maior devem estar comprovadas pela demonstração inequívoca do quantum recolhido indevidamente, mediante a apresentação de documentação hábil e idônea, consistente na escrituração contábil/fiscal do contribuinte, além de outros elementos de prova.*

*No presente caso, a contribuinte limita-se a alegar que equivocou-se ao declarar o valor devido a título de Cofins. Diz que informou no Dacon um crédito inferior ao que teria direito e que o sistema da RFB não acatou a retificação pretendida devido à fluência do prazo de cinco anos. Afirma, ainda, que houve um erro de fato que deve ser considerado.*

*Tais alegações, no entanto, não permitem, por si sós, que o reconhecimento do direito ocorra no presente caso.*

*De fato, como a contribuinte não comprova com documentos e com a sua escrituração fiscal/contábil que a contribuição em questão não se refere à Cofins cumulativa que incide sobre o faturamento (2172) mas à Cofins não cumulativa (cód. 5856), que permite o desconto de créditos, e, ainda, como não comprova que, em sendo não cumulativa, o crédito passível de desconto da contribuição devida seria superior ao que foi originalmente indicado no Dacon, não há como considerar que houve erro de fato no preenchimento da DCTF.*

*Saliente-se, a propósito, que segundo o art. 333 do CPC, o ônus de provar o fato constitutivo do direito é do próprio autor do pedido.*

*Dessa forma, uma vez que a conclusão emitida pela autoridade administrativa teve como pressuposto as informações prestadas pela própria interessada em declarações fiscais válidas a produzir efeitos na data da emissão do Despacho Decisório, inclusive com força de confissão de dívida, e não havendo prova hábil que contrarie as informações prestadas espontaneamente, demonstrando, no caso, que teria havido pagamento indevido/maior de Cofins cumulativa relativamente ao período de janeiro de 2007, tem-se como correto o despacho decisório recorrido.*

*Posto isso, voto para que não sejam acolhidas as razões contidas na manifestação de inconformidade apresentada, mantendo-se os termos do despacho decisório questionado.*

Inconformada, a Recorrente, em seu Recurso Voluntário, pede a reforma da decisão da DRJ e a homologação da compensação procedida, com base nas mesmas razões do recurso inaugural.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Renan Gomes Rego, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade, de modo que admito seu conhecimento.

Em seu defesa perante esta E. Conselho, a Recorrente alega que tentou retificar a DCTF (sem sucesso), mas que as informações constavam no Dacon, *verbis*:

*(...) Referidas informações constavam na DACON, e nas DCTFs originais e retificadoras (fls. dos autos).*

*(...)*

*Ocorre que a Recorrente deixou, por um lapso, de transmitir a DCTF Retificadora na qual deveria a inexistência do débito da Cofins antes de transmitir o PER/DCOMP (fls. dos autos). Além disso, a Recorrente tentou realizar a sua retificação posteriormente, mas foi impedida pelo sistema eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil por ter passado mais de 5 (cinco) anos para tanto (fls. dos autos).*

Também defende que o ônus probatório compete à autoridade fiscal, pois ao não fazê-lo, incorre em violação a motivação do ato administrativo.

Em outras palavras, a Recorrente alega que houve pagamento a maior da Cofins, não retifica sua DCTF no tempo oportuno e avisa: Fisco trate de provar o que eu estou declarando.

Esta Turma tem firme jurisprudência, em caso de pedido de compensação, que o ônus da prova é do contribuinte. E isso tem com fundamento jurídico o art. 373 do vigente CPC, que dispõe:

*Art. 373. O ônus da prova incumbe:*

*I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;*

Portanto, descabido o argumento de que mesmo sem retificar a DCTF, mesmo sem arrolar nos autos qualquer elemento probatório do alegado direito (salvo o Dacon retificado), o ônus probatório fica revertido, tendo o Fisco que provar que o direito alegado.

Nesse caso, é claro, a apresentação de prova contábil poderia afastar a presunção, pois a contabilidade tem força probante maior do que as declarações e justificaria eventual equívoco no lançamento dos dados nelas constantes. Entretanto, a Recorrente não apresentou sequer uma demonstração específica que comprovaria suas alegações.

Vale ressaltar que mesmo afastando os ditames do art. 16 do Decreto nº 70.235/72, que estabelece o momento pelo qual são trazidas as provas ao processo, qual seja, junto à impugnação, e considerássemos passíveis de análise aquelas trazidas pela Recorrente em seu recurso voluntário, em verdadeiro prestígio ao princípio da verdade material, aqui especificamente, elas não foram carreadas aos autos.

Ainda, supondo que os valores apurados estão corretos no Dacon da Recorrente, cabia a esta provar o ocorrido na DCTF, sendo indispensável a comprovação da *certeza* e *liquidez* do crédito pleiteado através de documentos contábeis e fiscais revestidos das formalidades legais .

Dito tudo isso, ainda temos a Súmula CARF nº 164, que determina que a retificação de DCTF após a ciência do despacho decisório que não homologou a declaração de compensação é insuficiente para a comprovação do crédito, sendo **indispensável** a comprovação do erro em que se fundamenta a retificação.

Não vislumbro, destarte, como reformar o despacho decisório e o acórdão recorrido, ante a ausência de qualquer vício que lhes pudesse impingir nulidade.

Por todo o exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Renan Gomes Rego